

<b>PARENTESCO DOCUMENTOS</b>	
<b>RG e CPF são necessários em todos os casos</b>	
<b>Filho</b>	Certidão de nascimento e comprovação de escolaridade, quando na faixa etária entre 21 e 24 anos.
<b>Filho inválido</b>	Certidão de nascimento e comprovação da invalidez pela Coordenadoria de Assistência à Saúde deste Tribunal, devendo o laudo mencionar se a invalidez é de caráter permanente ou temporário e, em se tratando de invalidez temporária, o prazo no qual o dependente deverá se submeter a novo exame médico-pericial.
<b>Cônjuge</b>	Certidão de Casamento
<b>União estável</b>	<p>Considera-se a convivência duradoura, pública, contínua, entre homem e mulher como união estável heteroafetiva e, entre pessoas do mesmo sexo como união homoafetiva, com o objetivo de constituir família. Os servidores ativos e inativos que mantiverem vida em comum podem requerer o reconhecimento da união para todos os efeitos legais.</p> <p>Para reconhecimento da união estável neste Tribunal, o(a) servidor(a) que desejar incluir o(a) companheiro(a) como beneficiário(a) legal no seu assentamento funcional, deve entregar os formulários e documentos abaixo relacionados.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Requerimento de Inclusão de Dependente – União Estável;</li> <li>2. Requerimento de Assistência Médica, Hospitalar e Odontológica;</li> <li>3. R.G. e C.P.F. do(a) companheiro(a);</li> <li>4. Certidão de nascimento do servidor e do(a) companheiro(a), no caso de divórcio ou separação judicial, deverá ser juntada a certidão de casamento contendo a averbação;</li> <li>5. Apresentar 1(um) dos seguintes documentos: certidão de casamento religioso; sentença declaratória de união estável; escritura pública de união estável.</li> </ol> <p>Na falta dos documentos citados, o servidor deverá apresentar no mínimo, 3 (três) documentos dentre os seguintes, acompanhados da Declaração de união estável:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• certidão de nascimento de filho comum;</li> <li>• cópia autenticada de declaração de imposto de renda do(a) servidor(a) em que conste o(a) companheiro(a) como seu dependente, ou de declaração conjunta de imposto de renda;</li> <li>• disposições testamentárias;</li> <li>• prova de mesma residência;</li> <li>• declaração pública de coabitação feita perante tabelião;</li> <li>• comprovação de financiamento de imóvel feita em conjunto;</li> <li>• comprovação de conta bancária conjunta;</li> <li>• prova de encargos domésticos ou outros que evidenciem a existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;</li> <li>• apólice de seguro em que conste o(a) servidor(a) como segurado(a) e o(a) companheiro(a) como beneficiário(a) ou vice-versa;</li> <li>• escritura de compra de imóvel pelo servidor, em nome do(a) companheiro(a);</li> <li>• procuração ou fiança reciprocamente outorgada;</li> <li>• registro em associação de qualquer natureza, onde conste o servidor como associado e o companheiro ou companheira como beneficiário ou vice-versa;</li> <li>• quaisquer outros que, a critério da Administração, se revelem hábeis para firmar convicção quanto à existência da união de fato.</li> </ul>
<b>Enteados menores de 14 anos</b>	<p>Certidão de nascimento;</p> <p>Certidão de casamento civil do servidor ou comprovação de união estável conforme Portaria 434/05;</p> <p>Declaração de dependência econômica firmada pelo servidor;</p> <p>Declaração de não recebimento de pensão alimentícia em valor igual ou superior a 30% do vencimento de Técnico Judiciário, Classe A, Padrão 1;</p> <p>Comprovação de dependência econômica com pelo menos 3 documentos dentre os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Declaração anual de imposto de renda do servidor em que conste o enteado como seu dependente econômico, acompanhada do respectivo recibo de entrega junto ao órgão oficial recebedor;</li> <li>• Disposições testamentárias;</li> <li>• Declaração especial feita perante tabelião ou oficial de cartório de registro civil;</li> <li>• Apólice de seguro da qual conste o servidor como instituidor e o enteado, como seu beneficiário;</li> <li>• Registro em associação de qualquer natureza onde conste o enteado como dependente do servidor;</li> <li>• Prova do mesmo domicílio, devendo ser apresentado um comprovante em nome do servidor e outro, em nome do enteado;</li> <li>• Justificação judicial;</li> <li>• Ficha de tratamento em instituição de assistência médica ou odontológica, da qual conste o servidor como responsável;</li> <li>• Quaisquer outros documentos que possam levar à convicção acerca da existência de dependência econômica.</li> </ul>
<b>Enteados maiores de 14 e menores de 21 anos</b>	<p>Além dos documentos previstos para os enteados menores de 14 anos, também:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comprovante de rendimentos, se for o caso.</li> </ul>
<b>Enteados maiores de 21 e menores de 24 anos</b>	<p>Além dos documentos previstos para os dois casos anteriores, também:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma declaração ou certidão de matrícula em instituição de ensino, regularmente instituída (renovável semestralmente).</li> </ul>
<b>Enteado Inválido de qualquer idade, enquanto durar a invalidez</b>	<p>Além dos documentos previsto, conforme o caso, também:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Laudo médico expedido ou homologado pela Coordenadoria de Assistência à Saúde deste Tribunal.</li> </ul>

PARENTESCO	DOCUMENTOS
<p><b>Invalído de qualquer idade, que viva às expensas do servidor</b></p>	<p>Comprovação da invalidez:</p> <p>Cópia da sentença de interdição e do termo de curatela, em se tratando de incapacidade absoluta;</p> <p>Lauda médico comprobatório da invalidez, expedido ou homologado pela Coordenadoria de Assistência à Saúde deste Tribunal, nos casos de incapacidade relativa ou na ausência de sentença de interdição;</p> <p>No laudo deverá constar se a invalidez é de caráter permanente ou temporária e, em se tratando da última hipótese, o prazo no qual o dependente deverá se submeter a novo exame médico-pericial.</p> <p>Comprovação da dependência econômica:</p> <p>Declaração firmada pelo servidor da dependência econômica do beneficiário, assumindo, sob as penas da lei, a responsabilidade pelas informações prestadas;</p> <p>Declaração anual de imposto de renda do servidor em que conste o beneficiário como seu dependente econômico, acompanhada do respectivo recibo de entrega junto ao órgão oficial recebedor;</p> <p>Comprovante de rendimentos do dependente maior de 16 (dezesesseis) anos;</p> <p>Certidão emitida pelo INSS referente a contribuições efetuadas ou a benefícios recebidos;</p> <p>Declaração de não-emancipação para os menores de 18 (dezoito) anos que vivam às expensas do servidor;</p> <p>3 (três) documentos dentre os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• declaração especial feita perante tabelião ou oficial do Cartório de Registro Civil;</li> <li>• registro em associação de qualquer natureza, em que conste o beneficiário como dependente do servidor;</li> <li>• apólice na qual conste o servidor como instituidor do seguro e o dependente cujo cadastro se pleiteia como seu beneficiário;</li> <li>• sentença homologatória em ação de justificação judicial;</li> <li>• disposições testamentárias;</li> <li>• prova de mesmo domicílio, devendo ser apresentado um comprovante de residência em nome do servidor e outro, em nome do potencial beneficiário;</li> <li>• qualquer outro documento que possa levar à convicção acerca da existência de dependência econômica.</li> </ul>
<p><b>Menor de 21 anos que viva às expensas do servidor</b></p>	<p>Certidão de Nascimento;</p> <p>Termo de guarda ou tutela; ou declaração de dependência econômica firmada pelo servidor acompanhada de comprovante de rendimentos do dependente, se for o caso, e comprovação de dependência econômica com pelo menos 3 documentos dentre os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Declaração anual de imposto de renda do servidor em que conste o beneficiário como seu dependente econômico, acompanhada do respectivo recibo de entrega junto ao órgão oficial recebedor;</li> <li>• Disposições testamentárias;</li> <li>• Declaração especial feita perante tabelião ou oficial de cartório de registro civil;</li> <li>• Apólice de seguro da qual conste o servidor como instituidor e o dependente, como seu beneficiário;</li> <li>• Registro em associação de qualquer natureza onde conste o beneficiário como dependente do servidor;</li> <li>• Prova do mesmo domicílio, devendo ser apresentado um comprovante em nome do servidor e outro, em nome do dependente;</li> <li>• Justificação judicial;</li> <li>• Ficha de tratamento em instituição de assistência médica ou odontológica, da qual conste o servidor como responsável;</li> <li>• Quaisquer outros documentos que possam levar à convicção acerca da existência de dependência econômica.</li> </ul>
<p><b>Pai e mãe que viva às expensas do servidor</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>a. Declaração de Ajuste Anual, completa ou</li> <li>b. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na fonte, ou</li> <li>c. Documento de cunho judicial;</li> <li>d. Declaração de Dependentes, de próprio punho, feita pelo servidor sob as penas da lei, acompanhada de dois documentos dentre os previstos:</li> </ol> <ul style="list-style-type: none"> <li>• comprovação do mesmo domicílio;</li> <li>• declaração pessoal feita perante tabelião;</li> <li>• prova de evidência de encargos domésticos atribuídos ao servidor;</li> <li>• registro em associação de qualquer natureza, onde conste a referida dependência.</li> </ul>
<p><b>Pessoa que viva às expensas do servidor</b></p>	<p>Justificação Judicial, sem prejuízo da complementação da prova de dependência econômica que será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 3 documentos dentre os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Declaração anual de imposto de renda do servidor em que conste o beneficiário como seu dependente econômico, acompanhada do respectivo recibo de entrega junto ao órgão oficial recebedor;</li> <li>• Disposições testamentárias;</li> <li>• Declaração especial feita perante tabelião ou oficial de cartório de registro civil;</li> <li>• Apólice de seguro da qual conste o servidor como instituidor e o dependente, como seu beneficiário;</li> <li>• Registro em associação de qualquer natureza onde conste o beneficiário como dependente do servidor;</li> <li>• Prova de residência no mesmo domicílio, devendo ser apresentado um comprovante em nome do servidor e outro, em nome do dependente;</li> <li>• Ficha de tratamento em instituição de assistência médica ou odontológica, da qual conste o servidor como responsável; e</li> <li>• Quaisquer outros documentos que possam levar à convicção acerca da existência de dependência econômica.</li> </ul>